

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90021/2024

Objeto: FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MOTONIVELADORAS, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DIVERSOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF NOS ESTADOS DO AMAPÁ, PARÁ, CEARÁ, PARAÍBA, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE, TOCANTINS, GOIÁS, MINAS GERAIS E DISTRITO FEDERAL DISTRIBUÍDOS EM 10 (DEZ) ITENS, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO APOIAR AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA E PROTEÇÃO HIDROAMBIENTAL.

OBJETIVO

Analisar o recurso apresentado pela empresa **NOVO HORIZONTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 51.552.005/0001-68, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que habilitou a proposta da empresa **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA**, CNPJ nº 14.707.364/0001-10, para os itens 01,02,03,04,05,06,07,09 e 10 do Edital 90021/2024.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se do Edital nº 90021/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é o Fornecimento, transporte, carga e descarga de Motoniveladoras, por sistema de registro de preços – SRP, destinados ao atendimento de diversos municípios na área de atuação da Codevasf nos Estados do Amapá, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco Rio Grande do Norte, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal distribuídos em 10 (dez) itens, conforme descrito no Anexo I do Termo de Referência.

A proposta da empresa **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA**, CNPJ nº 14.707.364/0001-10 para os itens 01,02,03,04,05,06,07,09 e 10 foi aceita e habilitada.

Tempestivamente, a empresa **NOVO HORIZONTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso nos itens 01,02,03,04,05,06,07,09 e 10.

RECURSO E ANÁLISE

Quanto ao recurso impetrado para os referidos itens, em suma, a recorrente dispõe acerca de alegado impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública atribuído à empresa **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA**.

Em seu recurso, a empresa **NOVO HORIZONTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** alega que:

“Conforme se verifica, a Recorrida encontra-se impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, o que configura uma clara violação dos preceitos legais e editalícios aplicáveis ao certame.

O disposto no item 3.8, "b" do edital é claro ao vedar a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso, bem como aquelas que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção. Essa restrição objetiva assegurar a regularidade do certame e a integridade das contratações públicas.

O Item 10.1.1 do edital estabelece que, como condição para a habilitação do vencedor, deve ser realizado o exame da documentação do licitante cuja proposta foi classificada em primeiro lugar. Nesse sentido, cabendo ao Pregoeiro verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente no que diz respeito à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro deverá inabilitar o licitante, considerando a ausência de condição de participação, conforme previsto no Item 10.1.3 do edital. Tal medida visa garantir a conformidade do certame com as regras estabelecidas e assegurar a integridade do processo licitatório.”

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

Considerando a alegação apontada, cabe ressaltar que, quando do momento da análise das condições de habilitação da empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, foi identificada em análise aos registros do SICAF, realizada em 23/09/2024, (a certidão pode ser visualizada na página do referido pregão no site da Codevasf) a referida ocorrência, a qual foi devidamente analisada, conforme disposição abaixo, relatada *ipsis litteris*:

“Tipo Ocorrência: **Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III**

Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato

UASG Sancionadora: 925021 - SEC. DE EST. DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador

Prazo: Determinado

Prazo Inicial: 05/09/2024 Prazo Final: 04/09/2025

Número do Processo: 2024-PL6FR

Descrição/Justificativa: Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Nacional, pelo prazo de 01 (um) ano.

****Penalidade aplicada pela A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG” (grifos nossos)**

Em análise objetiva da referida sanção, verifica-se claramente que a sanção de Suspensão Temporária aplicada à empresa possui **âmbito restrito ao Órgão Sancionados**, a saber, a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG do Espírito Santo. Sendo assim, não há aplicabilidade da referida sanção às licitações e contratos da Codevasf, restando sem mérito o alegado.

Em corroboração ao exposto, Conforme Manual de Sanções do TCU, quanto à abrangência dos efeitos da referida sanção, o Tribunal de Contas da União posiciona-se no sentido de que a sanção fica adstrita apenas ao órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a penalidade, conforme Jurisprudência relatada abaixo:

“Jurisprudência do TCU

Acórdão: 1017/2013 – Plenário

Enunciado:

A sanção prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 (suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração) tem aplicação restrita ao órgão ou entidade que a cominou.

Acórdão: 1003/2015 – Plenário

Enunciado:

A sanção de impedimento para licitar e contratar prevista art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador, enquanto que aquela prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos apenas no âmbito interno do ente federativo que a aplicar.”

Em complemento, e apenas para fins de esclarecimento, faz-se pertinente destacar a redação do item 3.8 b do Edital nº 90021/2024, o qual foi mencionado pela recorrente.

“ 3.8 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

(...)

b) Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Codevasf e que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

(...)”

Dado o exposto, cabe ressaltar que a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração não se confunde com a Declaração de Inidoneidade, a qual, conforme Manual de Sanções do TCU, faz com que a contratada ou licitante, quando receba essa penalização, fique impedida de licitar ou contratar com órgãos públicos das três esferas de governo, em todas as unidades da federação. Por consequência, percebe-se a correta aplicação das disposições relatadas no item 3.8 b do Edital nº 90018/2024 e na legislação vigente. Convém ressaltar também, que o edital não prevê como exigência a apresentação de certidão negativa de débitos municipais para a habilitação dos licitantes.

Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e esgotados os aspectos alegados pela recorrente, considera-se **IMPROCEDENTE** o recurso impetrado pela empresa NOVO HORIZONTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 51.552.005/0001-68, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que habilitou a proposta da empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, CNPJ nº 14.707.364/0001-10, para os itens 01,02,03,04,05,06,07,09 e 10 do Edital 90021/2024.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Brasília/DF, 06 novembro de 2024.

Claudio Azevedo Florencio
Pregoeiro